

# Discurso da Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social

Plano e Orçamento para 2010

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Horta, 26 de Novembro de 2009

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Plano para 2010, no seu Programa 14 – Habitação - assume-se como um instrumento fundamental e susceptível de contrariar a crise económica, tendo em conta que o investimento público é estratégico para realçar a economia, sendo o sector da construção civil e obras públicas o cerne e a alavanca desse efeito impulsionador.

Nas últimas três legislaturas, o Governo investiu em habitação social, cerca de 182 milhões de euros, numa média de 15 milhões de euros por ano.

Com efeito, no decorrer da presente legislatura, reforçamos o nível de apoios à construção, ampliação e aquisição de habitação própria. Passamos de um nível médio de apoio de cerca de 9 500 euros para 14 mil euros, ou seja, correspondendo em média a um valor de apoio de 20% face ao custo da aquisição, o que veio permitir a redução da taxa de esforço das famílias, facilitando, assim, o acesso ao crédito. Até à presente data foram realojados 176 agregados familiares em situação de grave carência habitacional e já aprovámos 191 processos de recuperação de habitação degradada.

Em 2010 o Programa 14 propõe como prioridade a segurança dos agregados familiares açorianos, prevendo-se o reforço, em mais de 40% das verbas destinadas a habitações em situação de risco, sobretudo dirigida para determinadas bolsas de habitação edificadas em orlas costeiras, leitos de ribeiras e outras zonas susceptíveis de colocar pessoas e haveres em perigo.

Este Programa propõe, igualmente, o reforço das verbas destinadas a acordos de cooperação com os municípios para apoiar os custos de investimento em habitação.

O Programa Famílias com Futuro, aprovado recentemente nesta Assembleia, consubstancia-se num regime de incentivos ao

arrendamento dirigido a todos os açorianos, nomeadamente a jovens que possuam idade inferior a 35 anos.

O investimento considerado no Programa de Habitação destinado à requalificação e recuperação do parque habitacional reflecte as alterações aprovadas nesta Assembleia na última sessão legislativa.

Importa, por isso, salientar a clara opção do Governo pelo apoio à recuperação da habitação degradada, ao alargar as condições de acesso e ao criar, para o efeito, um regime excepcional pelo período de dois anos.

O montante de apoio previsto será determinado com base no orçamento das obras a executar e em função da classe de apoio em que o agregado familiar se enquadra, não podendo ultrapassar o limite máximo de 80% do valor que corresponderia ao realojamento adequado do agregado.

Temos, pois, um grande desafio pela frente, corrigir o que entendemos ser necessário e melhorar com eficácia as políticas de habitação destinadas às famílias que necessitam de maior apoio.

Na área da habitação, o Plano prevê um montante de investimento na ordem dos 25.082.798 milhões de euros.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Na área do desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social regista-se para o ano de 2010 um aumento de 11% do investimento em relação ao ano anterior. Apostámos, assim, no desenvolvimento de estruturas de suporte e prevenção do risco social, no combate ao isolamento dos mais idosos e nas respostas integradas à família e comunidade. Preconiza-se, desta forma, o alargamento da rede de respostas sociais e o crescimento da respectiva capacidade instalada.

Na área da infância e juventude, o aumento de investimento vem reforçar a construção de novas creches em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura de equipamentos.

No ano de 2010 serão majorados os apoios previstos em legislação nacional na área do acolhimento familiar a crianças e jovens em perigo, a pessoas com deficiência e idosos. Esta medida visa assegurar o aumento da qualidade dos serviços prestados aos utentes e garantir a proximidade às comunidades de origem, proporcionando a desejável complementaridade entre os

graus de afectividade, os níveis de autonomia e as relações de suporte sócio-emocional, imprescindíveis ao bem-estar destas pessoas. Por outro lado, esta medida permitirá a criação de novas oportunidades de rendimento às famílias açorianas.

Na área dos idosos vamos alargar a rede de equipamentos, criando novas residências, remodelando as existentes e dotando-as de condições técnicas e de conforto especialmente dirigidas à problemática da gerontologia. Reforçaremos as respostas alternativas à institucionalização, através do aumento dos serviços de apoio domiciliário, da rede de centros de dia e centros de noite, apoiando a permanência dos idosos na sua residência.

Na área das necessidades especiais preconiza-se a continuidade do alargamento dos centros de actividades ocupacionais aos núcleos de maior densidade populacional, com vista à rentabilização de outros serviços complementares.

Disponibilizaremos, ainda, novos recursos para uma intervenção centrada em medidas reabilitativas, melhorando e apetrechando as respostas sociais existentes através do reforço das ajudas técnicas, bem como a execução de programas de intervenção ao nível das necessidades de integração e acessibilidades.

Especial atenção vai ser dada à melhoria da monitorização da qualidade dos serviços prestados pelos diferentes equipamentos e valências sociais, incrementando a fiscalização e as auditorias, tendo como uma única finalidade o bem-estar das pessoas.

Nos próximos anos vamos fomentar os investimentos do sector privado, em equipamentos e serviços de apoio social, alargando-se a concertação social a novos parceiros numa lógica de complementaridade e de responsabilidade social das empresas.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

No âmbito da promoção de igualdade de oportunidades incrementaremos parcerias com os diversos órgãos governamentais e com a sociedade civil, tendo por finalidade combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade de oportunidades numa lógica transversal e intersectorial realçando-se: a implementação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades, o Programa Escola, Berço de Igualdade e Cidadania, em parceria com a Direcção Regional de Educação e de Formação. Pretendemos, ainda, reforçar o trabalho desenvolvido para a promoção, disseminação da perspectiva da

igualdade de género e a implementação de políticas amigas das famílias.

No próximo ano vamos implementar a linha de informação e de apoio às vítimas de discriminação e violência doméstica.

Continuaremos empenhados no desenvolvimento do Programa de Reabilitação de Agressores, projecto com elevado sucesso a nível regional.

Especial atenção, também, vai ser dada à Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência, promovendo medidas facilitadoras da sua inclusão social cuja finalidade é a concretização dos seus direitos.

O Plano e Orçamento para 2010 prevê 1 milhão e 375 mil euros.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

No que respeita ao sector do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor prevê-se o incremento dos programas de qualificação dos desempregados, a implementação dos Centros de

Validação e Certificação de Competências da Rede Valorizar, os programas no âmbito do mercado social de emprego, o Programa de Manutenção dos Postos de Trabalho, reforçando-se, ainda, a intervenção social para a empregabilidade das pessoas mais fragilizadas - os programas Prosa e Reactivar-, o empreendedorismo e a requalificação de activos.

Destaca-se, igualmente, neste programa o investimento na área da Defesa do Consumidor como o maior de sempre.

Em matéria de Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor está previsto um investimento público que ascende a 91.756.384 milhões de euros.

Salienta-se o peso significativo deste programa no total dos investimentos do Plano, isto é, constituindo o terceiro programa como maior dotação, respectivamente, 11,27 %,

O desemprego, tal como o emprego, merece a nossa maior atenção e constitui um tema central da nossa governação.

Mais do que nos fixarmos na taxa de desemprego e apesar das dificuldades nacionais e internacionais que evidentemente têm repercussões nos Açores, o que pretendemos é que as dificuldades aqui sejam atenuadas.



Na actual conjuntura, os Açores têm mais 1694 desempregados, enquanto que a Madeira teve nos últimos 12 meses mais 4393 desempregados. Não é por acaso, que o desemprego nos Açores tem menor expressão: representamos 2,5% do todo nacional e o desemprego na Região representa apenas 1%. Se tivéssemos a situação nacional teríamos 2,5 % de 517 526 desempregados, ou seja, 13 mil desempregados, exactamente o que tem a Madeira.

Evitámos, assim, o desemprego de oito mil açorianos e isso deve-se ao facto de termos implementado políticas de emprego inovadoras.

Nos últimos 12 anos e, segundo dados do INE, aumentámos 24% o número de trabalhadores nas empresas. O aumento do número de mulheres foi de 39%. De acordo, ainda, com o INE, na década anterior, o número de trabalhadores nos Açores aumentou apenas 0,03%, passando de 88 500 para 88.530. Por isso, não aceitamos lições de que não conseguimos, conseguimos e os dados comprovam o que acabamos de afirmar.

Quando chegamos ao Governo e segundo valores do IEF, os Açores tinham 9700 desempregados inscritos. Agora, em 2009, considerando o contexto difícil em que nos encontramos, temos 5320 desempregados, diminuindo, assim, em 44% este número.

Refira-se que a nível nacional existiam em 1997 429 mil desempregados, havendo agora 510 mil. Ou seja, no mesmo contexto e no mesmo tempo de actuação dos planos nacionais e regionais de emprego, registou-se um aumento de 19% a nível nacional contra uma diminuição de 44% nos Açores. Esta leitura de longo prazo elimina as flutuações transitórias e permite uma leitura séria dos indicadores.

Nestes últimos anos, e segundo os dados do INE, aumentámos 55% o número de jovens a trabalhar nas empresas.

Analisemos, ainda, o impacto do emprego de qualidade nos quadros do tecido empresarial da Região, entre 2000 e 2008. De acordo com o OEFP aumentámos em 33% o número de trabalhadores do quadro de pessoal das empresas privadas, registando-se um aumento de 52% para as mulheres.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Destes resultados podemos concluir a eficácia das políticas, dos planos, dos dispositivos e das medidas para o emprego nos Açores desde 1998 e temos a esperança que assim vamos

continuar. Para o mesmo lapso de tempo e para a mesma conjuntura, nenhuma outra região ou país apresenta tais valores de impacto positivo de políticas públicas para o emprego. Se tivemos sucesso no passado deveu-se às medidas implementadas que acabamos de anunciar.

Para os próximos anos, em matéria de política de emprego, temos que valorizar os avanços já concretizados no passado recente, tentar diminuir a taxa de desemprego e minimizar a exclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos. Para o efeito, é necessário continuar a agir no sentido de aumentar a população activa, atraindo para o mercado de emprego mais recursos humanos, promover estratégias de qualificação dos trabalhadores e promover a integração no tecido empresarial de recursos humanos altamente qualificados.

Qualificar as organizações através da melhoria das competências profissionais dos seus trabalhadores para a obtenção de maior competitividade da economia açoriana, garantir o acesso dos trabalhadores a processos de certificação e qualificação, com vista ao reforço das suas condições de empregabilidade, fomentar o espírito empreendedor e tornar os Açores num território de referência no que respeita à capacidade de trabalho, ao reforço e actuação fiscalizadora da Inspeção Regional do Trabalho, serão algumas das nossas prioridades.

Dentro de pouco tempo apresentaremos em Sede da Comissão Permanente do Conselho Regional de Concertação Estratégica os resultados do Plano de Combate ao Trabalho Precário e Ilegal para 2009 e apresentaremos o Plano para 2010.

No âmbito do Pro-Emprego, já autorizamos processos de candidaturas num montante de 96 milhões de euros, isto é, 46% da taxa de compromisso deste programa operacional, abrangendo 33 mil formandos, dos quais 16 mil activos. Refira-se que a média nacional ronda os 30% pelo que esta área de actuação continuará a ser uma das grandes prioridades do Governo. Não obstante o enorme esforço realizado nos últimos anos continuaremos empenhados, como sempre, em implementar as reformas necessárias para o progresso da nossa Região.

Disse

Horta, na Sala das Sessões, 26 de Novembro de 2009